



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
AMAZONAS ESCOLA NORMAL SUPERIOR
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

PAULO ROBERTO OLIMPIO DA SILVA

**GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR: RELATOS DE
EXPERIÊNCIA NOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS**

**MANAUS -
AM 2024**

PAULORBERTOOLIMPIODASILVA

**GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR: RELATOS DE
EXPERIÊNCIA NOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito final à conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, sob a orientação do Professor Dr. Márcio Gonçalves dos Santos.

**MANAUS -
AM 2024**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

S586g Silva, Paulo Roberto Olimpio da
Gênero e Sexualidade no Contexto Escolar : Relatos
de Experiência nos Estágios Supervisionados / Paulo
Roberto Olimpio da Silva. Manaus : [s.n], 2024.
40 f.: color.; 30 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura -
Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2024.
Inclui bibliografia
Orientador: Santos, Marcio Goncalves dos

1. gênero. 2. escola. 3. educação. I. Santos, Marcio
Goncalves dos (Orient.). II. Universidade do Estado do
Amazonas. III. Gênero e Sexualidade no Contexto
Escolar

PAULOROBERTOOLIMPIODASILVA

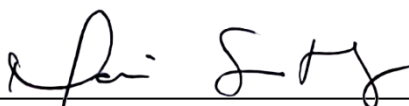
**GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR: RELATOS DE
EXPERIÊNCIA NOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS**

Este trabalho de Conclusão de curso foi julgado adequado para obtenção de título de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas.

DATA DE APROVAÇÃO

26 / 07 / 2024

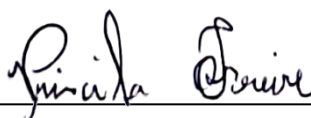
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Márcio Gonçalves dos Santos /
UEA Orientador



Profa. Dr(a). Érica Vidal Rotondano
Membro(a) da Banca



Profa. Dr(a). Priscila Freire Rodrigues
Membro(a) da Banca

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que com dedicação, amor e compreensão me deram a oportunidade de estudar e trilhar o caminho do conhecimento. Aos professores e professoras da UEA que me abriram os caminhos da indagação e da reflexão crítica, em especial ao Professor Dr. Márcio Gonçalves dos Santos, por sua valiosa orientação durante a elaboração desta pesquisa e à Professora Dra. Vanderlete Pereira da Silva, por me proporcionar um olhar mais sensível à diversidade de infâncias. A minha querida amiga Aline Thomas por suas sábias palavras e apoio mútuo, e a todos os pais e educadores que rompem a barreira do preconceito e se dedicam a proporcionar um saber crítico e um acolhimento genuíno às crianças, meu muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema Gênero e Sexualidade no contexto escolar, trazendo um retrospecto teórico e histórico sobre os estudos de Gênero e relatos de experiências obtidas durante os estágios supervisionados do curso de Licenciatura em Pedagogia. A metodologia escolhida se apoia na teoria Pós-Crítica, fazendo uso da Pesquisa de Campo, a partir das experiências de estágio, ora como coleta de dados para essa pesquisa, ora como método de ação pedagógica atento à temática de gênero e sexualidade. Os resultados obtidos apontam, de um lado, uma forte resistência na mudança de paradigmas dos modelos vigentes de masculinidade e feminilidade no âmbito escolar, e de outro, alternativas e modos possíveis de se trabalhar estes assuntos de maneira ampla, respeitosa e crítica na educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

Palavras Chaves: Educação, Gênero, Escola, Estágio.

ABSTRACT

This work addresses the topic of Gender and Sexuality in the school context, providing a theoretical and historical overview of Gender studies and reports of experiences obtained during the supervised internships of the Degree in Pedagogy. The chosen methodology is based on Post-Critical theory, using Field Research as a method of action. The results obtained indicate, on the one hand, a strong resistance to changing the paradigms of the current models of masculinity and femininity in the school environment, and on the other, alternatives and ways of working on these issues in a broad, respectful and critical way in Early Childhood and initial years of Elementary School.

Keywords: Education, Gender, School, Internship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
1.1 GÊNERO E SEXUALIDADE: CONCEITOS E DEBATES	10
1.2 GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO	13
CAPÍTULO II - METODOLOGIA	18
CAPÍTULO III – RESULTADO E DISCUSSÃO	20
3.1 “Olha como ele anda”: GÊNERO, CORPO E DISCURSO em evidência	21
3.2 O AFETO, O VIGIAR E O PUNIR	22
3.3 EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS	
3.3.1 _Memórias afetivas de gênero e sexualidade nas vivências pedagógicas	25
3.3.2 - O desenho e a fala interiorizada na criança	26
3.3.3 - O teatro como lugar possível à Educação e Sexualidade	26
3.3.4 - Arte, literatura e o lúdico como recursos para o trabalho com a diversidade	28
3.3.5 - O trabalho pedagógico para se construir conceitos de família	31
	23
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
6 ANEXO A - ROTEIRO DA ANIMAÇÃO: UMA VIDA TRANSFORMADA	39

INTRODUÇÃO

A educação pode ser considerada como um conjunto de informações, conhecimentos e experiências repassadas de uma geração para outra, que são criadas e recriadas de acordo com a cultura e os saberes de determinado grupo social. Por seu caráter geracional e preservador de conhecimentos, a educação, por muitas vezes se pauta nas tradições e modelos já pré-estabelecidos, adquirindo um caráter mais conservador em diversos temas.

Este conservadorismo muito presente nas Escolas e instituições de ensino, se faz presente na prática com o controle dos corpos e vontades dos indivíduos. A constante vigilância do corpo alheio, torna a instituição de ensino como um ambiente de controle, vigilância e construção de um modelo de estudantes socialmente aceito e consonante ao tempo e herança biológica. Este controle do corpo, corriqueiramente, se expressa ao longo da vida dos indivíduos que, desde a concepção, são colocados em “caixinhas” de acordo com seus sexos biológicos.

Perguntas para uma mulher gestante como “É menino ou menina?” e os atuais e tão difundidos “chás-revelação” já denotam o pensamento limitante e dualista sobre Gênero e Sexualidade, que são apenas reforçados quando esta criança ingressa em uma escola: tabelas de contagem de alunos subdivididos entre Meninos e Meninas, separação de brinquedos de acordo com o sexo e cores, que a princípio deveriam ser apreciadas e utilizadas livremente, acabam por serem proibidas dependendo do gênero destes infantes, afinal convencionou-se em uma sociedade cristã heteronormativa¹ que “Meninos Vestem azul e meninas vestem rosa”, como afirmava a ex-Ministra de Cidadania, Família e Mulher, Damares Alves².

Em meio a estas reflexões, e ancorado nos exercícios de Cuidado de Si (FOUCAULT, 2006), passei a rememorar partes da minha vida que tanto ficaram reprimidas no passado, mas que com o ingresso na Faculdade de Pedagogia da UEA, pude, enfim, delinear um assunto que mais chamava minha atenção e que precisava tratar, não apenas como interesse científico, mas também catarse ou, quem sabe?, Cura pela palavra (FREUD, 1996).

Tal interesse surge ainda em 2018, com a ascensão da ultradireita no campo político, e de Jair Messias Bolsonaro, um ícone da intolerância com as diferenças de gênero e que ascendia no gosto de boa parte da população brasileira.

¹ O conceito de heteronormatividade, segundo Judith Butler, se refere a uma matriz de inteligibilidade de gênero que atua como um poder regulador, hierárquico e excludente por meio do qual se produzem e se naturalizam as noções de feminino e masculino e de sexualidade considerada “normal” (FREITAS, 2022, p. 1).

² Fala da então Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, em 02 de janeiro de 2019, ao afirmar “É uma nova era no Brasil, menino veste azul e menina veste rosa”, marcando um período de intensos ataques aos estudos de Gênero e Sexualidade no Brasil, e na defesa de um padrão de família considerada correta e heterossexual (G1, 2019, S/P).

Ele, desde o período de campanha, já propagava, falsamente, informações de que professores ansiavam em implementarr uma “ideologia de gênero” nas crianças e de que havia um “kit gay”³ sendo distribuído nas secretarias de educação do país, o que gerou uma onda de teorias da conspiração e insanidade contra toda e qualquer possibilidade de se abordar gênero e sexualidade nas escolas.

Meio atordoado com esta onda de pânico moral infundado, ingressei no curso de Licenciatura em Pedagogia, em 2020. Neste período tive contato com inúmeras disciplinas como Psicologia do Desenvolvimento, Filosofia da Educação, Criança, Sociedade e Cultura que me deram novas perspectivas sobre a educação e o desenvolvimento infantil, além de um maior embasamento para refletir sobre o processo castrador o qual nossa educação está fincada, especialmente no que tange às imposições de papéis de gênero e limitações infantis.

Durante o decorrer do curso, pude confrontar os conhecimentos teóricos à prática quando cursei os Estágios Supervisionados, e novamente constatei tais imposições e limitações de gênero tão usuais na sociedade. Tais experiências me fizeram questionar: Há alternativas para se abordar questões de Gênero de forma não impositiva, crítica e diversa nas escolas?

Pensando nesta problemática, a presente pesquisa nasce de questionamentos e reflexões sobre estes papéis de gênero tão limitantes e impositivos que perpassam a trajetória de inúmeras pessoas ao longo dos séculos e sobre como a educação se utiliza de aparatos sociais para legitimar o poder sobre os corpos de crianças e perpetuar estes padrões.

O estudo *Gênero e Sexualidade no contexto escolar*: relatos de experiência nos estágios supervisionados objetiva de forma geral: Conhecer os limites e possibilidades de se trabalhar o tema Gênero e Sexualidade com crianças da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental nesse campo de ação curricular do curso de Pedagogia. Além disso, busco objetivamente de forma específica: Compreender os fundamentos teóricos sobre Gênero e Sexualidade; Conhecer as orientações político pedagógicas para se trabalhar este tema na escola e relatar experiências obtidas no trato ao assunto, durante os Estágios Supervisionados com crianças de Escola Pública.

A pesquisa também adquire real importância e relevância ao tratar deste tema em um século onde os padrões de gênero e sexualidade estão sendo questionados nas mídias sociais, política e sociedade, e, portanto, pode servir de apoio para que professores, pais e demais interessados possam refletir mais sobre o trato desses temas com crianças, de maneira que fuja

³ Em 2004, o governo federal lançou o programa Brasil sem Homofobia com o intuito de combater a violência e o preconceito contra a população LGBTQIA+ (composta por travestis, transexuais, gays, lésbicas, bissexuais e outros grupos). Em 2011, quando estava prestes a ser impresso, setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional iniciaram uma campanha contra o projeto. Dentre as acusações feitas, o "kit gay" - como acabou pejorativamente conhecido -- era responsável por "estimular o homossexualismo e a promiscuidade." O governo cedeu à pressão e abandonou o projeto.

das limitações e adquira espaço para diálogos e reflexões.

O trabalho se subdivide em três tópicos: no primeiro capítulo, aborda-se Discussões Teóricas sobre o tema, além de um breve aparato histórico sobre as concepções de gênero, além de apontar-se o que dizem os documentos oficiais sobre o trato de Gênero e Sexualidade para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. O capítulo 2, intitulado Percurso Metodológico, faz uma descrição sobre que abordagens e caminhos foram escolhidos para se trabalhar a pesquisa e os métodos e instrumentos utilizados na pesquisa de campo e partir para a ação; E, por fim, o 3º capítulo de Resultados e Discussão, mostra as ações, dificuldades e propostas sugeridas e vivenciadas durante os estágios curriculares no curso de Pedagogia.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 GÊNERO E SEXUALIDADE: CONCEITOS E DEBATES

As concepções sobre gênero e sexualidade humana divergem de acordo com a cultura e as tradições de determinada localidade geográfica e tempo histórico. Em uma sociedade marcada pelo patriarcado onde a influência masculina exerce maior domínio na vida comunitária, tais quais as culturas ocidentais cristãs, as ideias sobre masculino e feminino são delimitadas de acordo com o sexo biológico, que por vezes se equiparam à condição natural dos animais: “E criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou Macho e Fêmea e Deus lhes disse: Frutificai e Multiplicai-vos (BÍBLIA, Gênesis 1-27,28)”.

A normalidade, então, se instaura a partir do casal procriador, onde os papéis de gênero são estritamente encapsulados, passando a ser o padrão perfeito e socialmente aceito desde o Gênesis até os dias atuais e os indivíduos desviantes da norma são passíveis às sanções e punições caso incorram no erro de questionar tais paradigmas, como diria Foucault (2022):

O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia (...). Ao que sobra só resta encobrir-se; e se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções (p. 7).

Esta ideologia bíblica e cristã a respeito da divisão dos gêneros de acordo com o sexo e valorizadora da procriação alcançou legitimação nas tradições populares e na Ciência ao longo dos séculos. Vale ressaltar o que diz Goellner (2003):

Por muito tempo as atividades corporais e esportivas (a ginástica, os esportes e as lutas) não eram recomendadas às mulheres porque poderiam ser prejudiciais à natureza de seu sexo considerado como mais frágil em relação ao masculino. Centradas em explicações biológicas, mais especificamente, na fragilidade dos órgãos reprodutivos e na necessidade de sua preservação para uma maternidade sadia, tais proibições conferiam diferentes lugares sociais para mulheres e para homens, onde o espaço privado passou a ser reconhecido como de domínio da mulher, que nele poderia exercer, na sua plenitude, as virtudes consideradas como próprias de seu sexo tais como a paciência, a intuição, a benevolência, entre outras (GOELLNER, 2003, p. 31).

São nessas concepções concernentes ao gênero em que o poder se estabelece limitando as ações e lugares dos indivíduos, impondo-lhes formas de agir e pensar (FOUCAULT, 2022). Porém, este pensamento hegemônico não se cristalizou intacto ao longo do tempo, mas também se moldou e se transformou de acordo com a história da humanidade. Tal mudança se revelava, muitas vezes, de forma sutil, seja na forma de vestir, cortar o cabelo, aparar os pelos corporais e, aos poucos, se tornaram o novo padrão. As antigas batas que hoje se assemelham

aos vestidos longos ou os sapatos de salto alto, criados para os homens dos séculos anteriores já não fazem parte da indumentária da massiva maioria da população masculina ocidental (BBC, 2022) e as mulheres, que não podiam cortar os cabelos ou usar calças, hoje podem mudar o visual de forma mais livre e opcional.

Como diria Salvador (2022):

Gênero pode ser reconhecido como um processo de encontro e (re) encontros e, até mesmo afrontamentos dos significados sociais e culturais que foram construídos historicamente e que são utilizados para se definir o que se compreende como masculino e feminino (p.3).

E são nestes encontros e reencontros, permeados de dúvidas e questionamentos a respeito dos padrões sexuais, que as novas pesquisas a respeito de Gênero e Sexualidade se fundamentam. Estudiosos, imbuídos nas reflexões sobre as construções psicológicas e sociológicas entre os sexos, trouxeram importantes contribuições para as Ciências Humanas.

Dentre eles destaca-se Sigmund Freud, que, em 1905, publica uma obra intitulada Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, na qual ele “subverte os esquemas explicativos tradicionais” (CECARELLI, 2017, p. 5), trazendo à luz da psicanálise concepções inovadoras a respeito do comportamento sexual humano. No campo social e histórico do mundo ocidental, uma sucessão de fatos e revoluções tornaram o campo dos estudos de Gênero muito mais prolíficos. De acordo com Meyer (2003), os movimentos feministas do século 20 muito contribuíram para essas reflexões sobre corpo, sexo, masculinidade e feminilidade.

Dentre umas das expoentes intelectuais que trataram sobre sexualidade em suas reflexões está Simone de Beauvoir, filósofa existencialista que publica, em 1949, a obra “O segundo sexo”, na qual a escritora analisa a situação das mulheres na sociedade europeia e questiona os papéis de gênero vigentes à época. Com essas reflexões, Beauvoir cunha uma de suas célebres frases, “Ninguém nasce mulher; torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9 apud MEYER, 2003, p. 18), evidenciando o caráter social e formativo dos gêneros que, diferentes do sexo biológico, são moldados de acordo com as escolhas e preferências dos indivíduos. Porém como a autora reafirma em seu livro, a prevalência masculina nas relações sociais impõe sobre a mulher uma carga opressiva e sem reciprocidade:

A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois polos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo vir o sentido geral da palavra homo. A mulher aparece como o negativo de modo que toda a determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade (BEAUVOIR, 1967, p. 10 apud MEYER, 2003, p. 23).

Estes debates vieram a se intensificar e se ampliar a partir da Revolução de Maio de 1968, na França, que suscitou novos questionamentos e reflexões sobre o tema. Michel Foucault, seguindo a Teoria Crítica de seu tempo, observava as desigualdades sociais e opressões feitas a trabalhadores, negros, mulheres e outras classes minoritárias, como consequência das relações de poder que se engendram para regular o mundo aos moldes de um grupo supremacista e hegemônico. Para ele, a dominação se capilariza a diversos âmbitos sociais e se faz presente fortemente na sexualidade humana, reprimindo os indivíduos de suas vontades de forma tão sutil que todos tendem a crer nesta dita “normalidade” como se fosse a verdade absoluta.

Existe, talvez uma outra razão que torna para nós tão gratificante formular em termos de repressão as relações do sexo e do poder: é o que se poderia chamar o benefício do locutor. Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada (FOUCAULT, 2022, p.11).

Ao se focar na temática sexualidade, Foucault ratifica o pensamento de Beauvoir ao atrelá-la à construção histórica e social, e não ao determinismo biológico, exclusivamente:

De fato, trata-se, antes da própria produção da sexualidade. Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico, (...) segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (FOUCAULT, 2022, p.115).

Sob a ótica de Foucault, apreende-se que as normas reguladoras de gênero, além das sociais e culturais, são influenciadas de forma ampla por um poder regulador, que ao longo da história ditou o certo e o errado, o aceitável e o condenável.

Com o advento da filosofia pós-estruturalista, outra pensadora de grande repercussão, ancorada nas pesquisas de autores como Hegel, Foucault e Beauvoir, ganharam bastante destaque no que se convencionou chamar Teoria Queer. Estamos falando de Judith Butler. A filósofa norte americana ao entrelaçar teorias Foucaultianas, feministas e psicanalíticas publica em 1990 um de suas mais importantes obras: *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, na qual Butler, ao pensar no sujeito, problematiza as divisões binárias entre Feminino e Masculino, afirmando que essa dicotomia não é natural já que foram impostas pela sociedade:

Supor que o gênero sempre e exclusivamente signifique as matrizes “masculino” e “feminino” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção corrente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero, quanto seu exemplo mais normativo (BUTLER, 2022, p. 253).

Novamente, a proposta de Butler, assim como dos outros teóricos, não é a de impor ideias e de doutrinar as mentes dos incautos, como alguns podem pensar, mas sim refletir sobre estes paradigmas opostos entre o universo feminino e o masculino e assim como instrui a Fenomenologia, colocar em suspensão momentânea as crenças e teorias pré-estabelecidas e ir “ao encontro das coisas em si mesma” (HUSSERL, 2022, p. 253).

Ao tratar sobre a conceituação de Gênero, Butler afirma:

Gênero não é exatamente o que alguém ‘é’, e nem precisamente o que alguém ‘tem’. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as normas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performática que o gênero assume (BUTLER, 2014, p. 253).

Se o gênero sexual é fruto dessas interseções e confluências de fatores biológicos, sociais, históricos e culturais, a apresentação de apenas dois modelos a serem seguidos (Masculino ou Feminino) é, por si só, uma violência claustrofóbica, à medida que sufoca as variações e possibilidades de vivências múltiplas. Daí a Teoria Queer vir como contraponto a esse “enjaulamento” de vidas:

A expressão “Queer” constitui uma apropriação radical de um termo que tinha sido usado anteriormente para ofender e insultar[...]Enquanto os estudos de gênero, os estudos gays e lésbicos e a teoria feminista podem ter tomado a existência de o “sujeito”(isto é, o sujeito gays o sujeito lésbico, a “fêmea”, o sujeito feminino) como um pressuposto, a teoria Queer empreende uma investigação e uma desconstrução dessas categorias, afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades deixadas e genereficadas (SALIH, 2022,p. 19-20).

Contudo, a tarefa de desconstrução de paradigmas e modelos preestabelecidos não é fácil, afinal requer uma autorreflexão, e autocríticas constantes, escrutinando as ideias mais caras e normalizadas na psiquê e que se refletem na linguagem e ações dos indivíduos.

Une-se a está atividade hercúlea, nos aparatos bem desenvolvidos do Estado que se utiliza da Escola como forma de inculcar nas mentes infantis e jovens ideias muitas vezes retrógradas e reguladoras, como afirmava Althusser (1980). Trataremos sobre esse debate no próximo capítulo.

1.2 GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

A educação como ferramenta pedagógica e científica pode se dar em diversos contextos e ambientes, não se limitando somente a espaços formais de difusão do saber. Dias et al. (2017,p. 13), afirma que por seu caráter complexo e amplo, a educação ‘é um processo contínuo de socialização humana’, podendo ocorrer em diversos ambientes e modalidades de ensino.

Corroborando este pensamento, Meyer (2003) afirma que os processos educativos se expandem para além dos escolares e familiares, enfatizando que:

Educar engloba um complexo de forças e processos [que incluem na contemporaneidade, instâncias como os meios de comunicação de massa, os brinquedos, a literatura, o cinema, a música] no interior dos quais os indivíduos são transformados. (MEYER et.al, 2003, p. 17).

E neste processo de formação e transformação contínua, Freire (1979, p.84) aponta que “a educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”, trazendo aí a importância da participação coletiva em uma práxis crítica de educar para a libertação e não para a opressão. Porém, no que tange às questões de Gênero e Sexualidade, observa-se ainda um grande tabu ao abordá-los no contexto escolar a certos grupos e ambientes. Algo que se torna até dicotômico, quando observamos o contexto social e cultural brasileiros, em que a temática sexualidade está tão presente nas mídias, músicas e a um passo de um clique ou busca pelo celular.

Para Leite, Reis e Moretto (2022, p.3) tratar sobre Gênero e Sexualidade com crianças da Educação Infantil e primeiros anos do Ensino Fundamental requer uma quebra de paradigmas muito grande no fazer pedagógico, já que ‘o tema é envolto de tabus, que apenas dificultam que as informações necessárias e que a educação sexual chegue a todos’. As autoras enfatizam que este tema é de suma importância a ser trabalhado ainda na infância resguardando as devidas proporções e métodos didáticos.

Segundo Salvador (2019, p.11) “questões relacionadas a gênero encontram obstáculos expressivos de ordem moral nas pregações religiosas, em especial as cristãs”, e, apesar dos documentos oficiais afirmarem a laicidade da educação brasileira, a pressão religiosa e moral interfere grandemente no currículo e prática pedagógica da Escola engendrando uma verdadeira tecnologia de normalização dos corpos, buscando e controlando em suas práticas discursivas e curriculares, no sentido de nortear o que se espera de uma menina e de um menino .

Uma das razões para que se impeça que a temática Gênero e Sexualidade seja abordada junto a crianças no ambiente escolar se dá, muitas vezes, a partir de concepções históricas e tradicionais sobre a Infância. Tais ideias veem na criança uma ingenuidade e pureza equiparadas às figuras angelicais barrocas dos séculos XVI e XVII, como se este infante fosse uma “tábula rasa” incapaz de refletir sobre seu corpo e o contexto em que vive:

As formulações conceituais sobre a sexualidade infantil datam do começo do século XX e ainda hoje não são conhecidas ou aceitas por parte dos profissionais que se ocupam das crianças. Para alguns, as crianças são seres ‘puros’, e ‘inocentes’ que não tem sexualidade a expressar, e as manifestações da sexualidade infantil possuem conotação de algo feio, sujo, pecaminoso (...) (PCN, 1997, p. 118).

Contudo este paradigma sobre a infância vem sendo desconstruído desde o início do século 20, com autores como Sigmund Freud, Paulo Freire e Ana Teberoski, que afirmam existir na criança consciência crítica e reflexiva de seus atos e instintos. Freire (1989, p. 115), ao afirmar que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, tece considerações sobre a subjetividade infantil, confirmando que estas estão em contínua busca pelo conhecimento.

Enfatizando a mesma importância, Santos (2019) critica os argumentos proibitivos daqueles que entendem não ser correto tratar sobre Gênero e Sexualidade com crianças na escola. Para o autor silenciar-se nestes debates e reflexões não é o melhor caminho a se seguir:

a isso que o argumento dos atuais conservadores talvez se refira. Pensam que questões de gênero não devam ser discutidas na escola, porque sua discussão seria ‘doutrinação ideológica’, quando, ao contrário, ela poderia promover o respeito a certas crianças, principalmente meninos mais femininos e meninas mais masculinas (SANTOS, 2019, p. 14).

No que tange a legislação e os documentos oficiais que orientam as práticas educativas brasileiras, a Constituição Federal de 1988 garante a universalização e pluralização deste direito a todos, destacando, no artigo 206 os princípios a que o ensino regular deve se basear: II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, em seu artigo 3º amplia este conceito e afirma que o ensino deve ser pautar no: “III- pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, bem como, IV- respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996, S/N). Entre 1997 e 1998 são lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais pelo então Ministério de Educação e Desporto, uma coletânea de manuais que serviram de direcionamento para a prática pedagógica de inúmeros profissionais da educação no Brasil. Dentre esses livros, destaca-se o Volume 20, cuja ênfase é a “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, como tema transversal para os primeiros anos do Ensino Fundamental. Nesta publicação já se notava conceituações progressistas sobre gênero e sexualidade, em uma perspectiva pós- estruturalistas da educação. De acordo com o documento:

É nas relações sociais que se definem, por exemplo, os padrões de relação de gênero, o que homens e mulheres podem fazer (...), e, principalmente, quais são e quais deverão ser os direitos de cidadania ligados à sexualidade e à reprodução (PCN, 1997, p. 127).

Segundo Salvador (2021), a compreensão adquirida sobre a temática pelos PCN’s representava “um progresso às políticas curriculares”. Em 2009, foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, um documento que enfatiza a

importância de desenvolver novas formas de sociabilidade e subjetividade que estejam comprometidas com a democracia e com a superação da dominação etária e de gênero. Isto significa que desde a Educação Infantil é possível e recomendável trabalhar temas ligados à Gênero e Sexualidade, didaticamente, respeitando a faixa etária específica.

Para o Ensino Fundamental as Diretrizes Curriculares (2010), afirmam no artigo 16, à importância de se incluir “abordagem dos temas abrangentes e contemporâneos” como diversificação do currículo, dentre eles lista-se Sexualidade e gênero.

O Plano Nacional de Educação, vigente de 2014 a 2024 define em suas diretrizes, tópico “III - a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na (...) erradicação de todas as formas de discriminação”. A mesma ênfase se faz presente com a Promulgação da Base Nacional Comum Curricular, que reafirma o combate aos preconceitos, mas suprime os termos Gênero e Sexualidade de suas orientações “sepultando e enterrando o tema Orientação Sexual” (SALVADOR, 2022, p. 13).

Por outro lado, o Referencial Curricular Amazonense (RCA), de 2018, criado sob os moldes da BNCC, inclui desde a Educação Infantil tópicos específicos sobre a sexualidade humana e o trato sobre o tema desde a tenra infância, conforme vemos neste trecho:

Educar para a diversidade, tendo em vista as reflexões sobre os papéis sociais atribuídos para meninos e meninas, tem como principais desafios a busca pela igualdade (...) como também o combate e prevenção a violência e toda e qualquer prática de discriminação, evitando o bullying escolar, derivado da propagação dos estereótipos e desigualdade de gênero (TÓPICO, 2018, p. 179).

Para o RCA, a principal forma de atuar no combate às violências de gênero na sociedade, parte desde a Educação Infantil, quando nesta fase são proporcionados momentos lúdicos de interação que estimulem a criança a “brincar e vivenciar diversas brincadeiras livremente” (AMAZONAS, 2018, p. 179), sem as imposições sociais.

É importante que a educação não funcione como um aparelho ideológico que reforce as desigualdades, violências e estereótipos de gênero, tal como vista em (...) ‘homem não chora’, ‘mulher é sexo frágil’, dentre outras inúmeras ações discriminatória que por sua vez são perpétua das socialmente por meio da limitação do brincar, ao se determinarem tipos de brincadeiras como específicas para meninos e meninas,

impedindo que estas/estes possam experienciar a diversidade de brinquedos e brincadeiras em sua plenitude (AMAZONAS, 2018, p. 179).

Quanto aos primeiros anos do Ensino Fundamental, o RCA aprofunda suas orientações ao tratar sobre “Gênero e Diversidade Sexual”. Segundo o documento, ‘a sexualidade, entendida como uma construção social, histórica e cultural precisa ser discutida na escolar’ (p. 55) e que as ações pedagógicas devem se ancorar no rigor científico “superando-se os valores e crenças pessoais também sobre o tema como a diversidade sexual e de gênero, a fim de promover a inclusão educacional” (AMAZONAS, 2018, p. 56). Sob essas orientações legais e pedagógicas que a presente pesquisa se fundamenta para construir sua metodologia de ação.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

Analisando os contextos e caminhos os quais a temática se delineou ao longo da pesquisa, inúmeras dúvidas quanto ao caráter metodológico se fizeram presentes. Inicialmente pensei em estudar e aplicar a Fenomenologia de Husserl (2001) como método de pesquisa, por seu caráter descritivo do fenômeno e sem a tentativa de explicações sociais. Porém com os estudos mais aprofundados, e com o auxílio de literaturas indicadas pelo meu orientador, percebi que se fazia imperioso caminhar pela Perspectiva das pesquisas Pós-Críticas (ou Pós-Estruturalista) já que os autores consultados e gabaritados no tema que me propus a estudar são dessa linha investigativa.

De acordo com Pereira e Diniz (2015), as pesquisas pós-estruturais no âmbito da educação permitem ao pesquisador refletir sobre as diversas forças que interferem determinado fato social ou fenômeno, em particular o poder, governos e o sistema capitalista vigente como influenciadores do sistema educacional.

Outra importante contribuição dos estudos pós-estruturalistas encontramos no planejamento, problematização e prática da pesquisa. Para navegar nos labirintos da pesquisa científica é crucial assumir uma postura hermenêutica pós-crítica que questione os métodos tradicionais, os quais estão vinculados a uma concepção de ciência pautada sob as orientações dos cânones investigativos da ciência positivista (PEREIRA; DINIZ, 2015, p. 11).

Devido a especificidade do subtítulo, que busca relatar as experiências obtidas por mim durante os Estágios Supervisionados do Curso de Licenciatura em Pedagogia, ancorei-me na abordagem Qualitativa descrita por Ludke e André (2013), como uma análise pessoal do pesquisador, que deve ser preocupar mais com o processo do que o produto final, pois é neste movimento onde novos conhecimentos são construídos.

Escolhida a linha metodológica, o segundo passo foi o de definir os instrumentos que mais se adequavam aos objetivos propostos da pesquisa. Para tanto me propus, inicialmente, a entender melhor os conceitos e teóricas concernentes à temática lançando-me à busca de livros, periódicos e documentos que versassem sobre o assunto, em uma análise documental.

Por fim, o tipo de pesquisa escolhida foi a Pesquisa do Campo a partir das experiências de Estágio Supervisionado, que segundo Lakatos (2003):

(...) é a que se utiliza com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema, para o qual se procura uma resposta, ou sobre uma hipótese. Ela consiste na observação de fatos e fenômenos tal qual como ocorrem espontaneamente na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis (...) (LAKATOS, 2003, p. 186).

A forma narrativa em primeira pessoa presente nos relatos de campo, se baseiam na Escrita de Si de Michel Foucault, que seria caracterizado como “um gênero narrativo em que um narrador em primeira pessoa se identifica explicitamente como o autor biográfico” (RAGUSA; OLIVA, 2021, p. 112), onde por meio dos Registros de Campo, anotados sobre as experiências dos estágios, faço um exercício parecido aos Hypomnematas, que:

podiam ser livros de contabilidade, registros notariais, cadernos pessoais que serviam de agenda. O seu uso como livro de vida, guia de conduta, parece ter-se tornado coisa corrente entre um público cultivado. Neles eram consignadas citações, fragmentos de obras, exemplos e ações de que se tinha sido testemunha ou cujo relato se tinha lido, reflexões ou debates que se tinha ouvido ou que tivessem vindo à memória (FOUCAULT, 1992, p. 131).

Tais descrições e narrações foram fruto de uma observação participante, onde eu, além de observar e anotar as ações docentes das professoras regentes pude, também, interagir em sala propondo ações pedagógicas. Os locais da pesquisa aconteceram em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) localizado na zona Centro Sul de Manaus e outro em uma Escola de Ensino Fundamental de Tempo Integral, situado na mesma área geográfica da cidade, durante os anos de 2022 a 2023. Como forma de resguardar o local dos estágios e as personagens da narrativa, que são alunos, docentes e corpo pedagógico das instituições, usarei nomes fictícios, como “Pedrinho”, “Mariazinha”, “Professora Lurdinha”, Escola A (Educação Infantil), Escola B (Ensino Fundamental).

Foi ainda realizado um produto audiovisual que trata sobre a Transexualidade e Bullying com crianças que divergem do que a sociedade espera de um menino ou menina e podem servir de material para se trabalhar essas questões em sala de aula.

CAPÍTULO III – RESULTADO E DISCUSSÃO

Joãozinho: “Olha, ele tem cabelo rosa!”

Roberto: “Não é rosa, é
vermelho”

Joãozinho: “Eu sei o que é rosa. Rosa é de menina”

E assim, com esta recepção um tanto quanto desconfortável, tive o meu primeiro contato com a Educação Infantil, por intermédio do Estágio Supervisionado no curso de Licenciatura em Pedagogia, em fins de 2022. Porém, para melhor contextualizar todo, ou pelo menos parte do processo que culminou até este diálogo, cabe aqui fazer um breve retrospecto até o ano de 2017, quando comecei minha aproximação com a realidade de escola pública amazonense.

Neste ano, fui selecionado em um concurso público da Secretaria de Estado do Amazonas (SEDUC) e comecei o exercício de minha função em uma escola de Ensino Fundamental 1, na área técnica administrativa. Desde o primeiro dia de trabalho observei as violências físicas e simbólicas (BOURDIEU, 2001) presentes nas ações, omissões e práticas daquele colégio em seus mais diversos âmbitos.

Lembro-me com clareza de observar uma professora do 1º ano arrastando pelo chão uma criança com autismo que por “não se comportar bem” (fala dela) fora expulsa e levada à diretoria. Os gritos desesperados daquele menino fizeram todos saírem de suas salas para saber o que estava acontecendo, o que a docente apenas dizia “Menino doido!”

Naquele instante, chocado com aquela cena grotesca, pensei: “É essa a educação nos tempos de hoje?”

Durante os anos que passei naquela escola observei várias práticas as quais questionava comigo mesmo se eram condizentes ao contexto contemporâneo, ponderando-as em minha mente, e às vezes com o corpo pedagógico. A escola em questão orgulhava-se de seu Painel Gerencial, onde expunha os índices positivos de aprovação dos alunos nos mais diferentes exames estaduais e nacionais e dentre os índices um me chamou a atenção, a taxa de Bullying, que de acordo com aquele gráfico, a escola havia registrado apenas 1 caso em todo o ano. Uma grande mentira em forma de gráficos e números.

Pensando nessas experiências, e seguindo a sugestão de meu orientador, decidi construir algumas categorias em que as questões de gênero e sexualidade se evidenciam durante este período de 2017 a 2023.

3.1 “Olha como ele anda!”: GÊNERO, CORPO E DISCURSO em evidência

Na escola em questão, a abordagem sobre gênero e sexualidade eram as mais violentas possíveis. Meninos que eram mais femininos, ou pelo menos divergiam dos padrões esperados de masculinidade, recebiam os mais diferentes apelidos e reprimendas dos adultos: “Viadinho!”, “Olha como ele anda!”, “Anda direito”, “Menino não brinca de queimada!”

Quanto às meninas, caso fossem mais espontâneas e extrovertidas recebiam a alcunha de “Enxiridas”, “meninas dadas”, e até uma infame frase dita por aquela mesma professora do 1º ano, que havia arrastado um garoto autista pelo chão, ao se referir a uma menina de 8 anos: “Ela não pode ver homem que já se assanha!”

Ainda sobre a questão de gênero, recordo-me de duas crianças em particular que por várias vezes enfrentaram, naquela escola, inúmeras violências por parte do corpo pedagógico e administrativo exclusivamente por subverterem os padrões de gênero e família.

O primeiro era um menino de 7 anos (que escolherei o nome fictício de Ian para resguardar sua identidade) que enfrentou desde a tenra infância situações e privações que muitos de nós nem imaginam. Os pais de Ian eram adictos e se encontravam em situação de cárcere, por conseguinte, o tio assumiu a guarda do menino, que desde pequeno ajudava este parente na feira pública vendendo passagens de barco para os interiores do Estado. Relatos do tio afirmavam que Ian eram “afeminado desde muito pequeno”, o que facilitou o abandono dos genitores àquela criança, por sentirem “vergonha dele”.

Ao chegar na escola onde eu trabalhava, o menino, por ter traços indígenas e jeito mais delicado era chamado de “feio”, “gayzinho” e outros nomes pejorativos por parte de professoras, diretora e secretária. A implicância delas com Ian só aumentava à medida que ele se revelou um líder nato na turma em que estudava, ouvindo os colegas, ajudando em suas atividades, e reclamando na diretoria quando faltavam professores. Ian também era muito generoso com os colegas, comprando doces e lanches que compartilhava com todos os amiguinhos, compras feitas com o dinheiro que ganhava no trabalho com o tio. Sua performatividade (BUTLER, 1990) aliadas ao seu posicionamento contestador e de liderança se tornaram um problema na escola, afinal alunos que se rebelam não são tão bem quistos assim.

Como contraofensiva aos reclames de Ian, certo dia a Secretária da escola ao vê-lo junto aos outros garotos gritou no pátio da escola: - “Parem de andar com o Ian, não veem que vocês vão pegar o jeitinho dele?” E voltando-se para a gestora que a aconselhou: - “Gestora, precisamos afastar o Ian dos outros meninos, se não todos vão ficar igual ele!”

Paralelo a esse caso havia ainda outro cuja criança era uma menina que a chamarei de Diana (nome fictício) que tinha como responsáveis duas mães homoafetivas. A professora da garota, idosa, católica praticante, ficava escandalizada com esta formação familiar e acreditava que a menina “herdaria” o “jeito das mães”, e poderia reproduzir as práticas delas com as outras colegas em sala de aula.

Neste quesito, NUNES (2003, p.94) ao refletir sobre como a sociedade burguesa atual engendra impedimentos e coerções sobre as diferenças de gênero, afirma que o poder impeditivo já não se faz por meio de leis e castigos, mas procede “mediante a redução das sexualidades singulares”, impondo regras e padrões de como ser masculino e feminina

3.2 O AFETO, O VIGIAR E O PUNIR

Outra categoria que se observa é sobre as amizades femininas. É comum vermos, desde a infância, um maior cuidado, carinho e certa cumplicidade das mulheres, seja indo juntas ao banheiro, acariciando os cabelos uma das outras, ou trocando confidências. Diana, assim como tantas outras meninas, tratava com afeto e carinho suas amiguinhas de forma cordial e inocente, sem haver ali nenhuma conotação sexual ou imprópria para a idade.

Porém aquela professora ao acreditar piamente que a garota estava tendo condutas erráticas e indecentes com as outras, triplicava as atenções para as ações de Diana, separando-as das demais, evitando que fossem juntas com as colegas ao banheiro e vigiando-a constantemente, exercendo, assim, uma posição de poder e eterna observância como forma de correção e punição, como diria Foucault (1987).

Sobre a demonstração e interdição de afetos dissonantes da norma padrão, Andrade e Ferrari (2009, p.1146) afirmam que por muito tempo essas práticas deviam ser feitas de forma clandestina, “em silêncio” ou se forem feitas em públicos sofrerão “o preço de humilhações, agressões, prisões ou de perda da própria vida”

Tais opressões e vigilâncias chegaram ao seu ápice quando, na reunião de pais e mestres, as duas mães de Diana foram chamadas pela professora para uma conversa na qual eu presenciei, por estar auxiliando-a. Transcrevo aqui sua fala:

Bom, chamei vocês aqui para relatar uma situação que está acontecendo com a Diana. Primeiro quero dizer que não tenho preconceito algum com quem quiser seguir a sua vida como desejar, porém quando afeta as crianças isso eu tenho que me interferir. Diana está tendo umas atitudes estranhas de querer abraçar, beijar e estar muito junta das meninas. Talvez ela esteja reproduzindo o que vê em casa, por isso peço que vocês atentem para isso, para que não gere problemas. Não sei o que vocês fazem em particular e nem quero saber, mas carícias e toques na frente da menina pode influenciá-la a querer fazer o mesmo na escola (Professora Lurdes, 58 anos)

Fiquei indignado com aquele discurso e as mães, um pouco assustadas até coagidas, ouviram caladas sem dizer uma palavra, afinal como retirar uma senhora de quase 60 anos, com larga atuação na área educacional, religiosa e prestigiada no bairro em que mora? O discurso homofóbico fora acatado como Discurso de Autoridade. Como diria Michel Foucault (2012, p.2): “O discurso, aparentemente, pode até nem ser nada de por aí além, mas no entanto, os interditos que o atingem revelam cedo, de imediato, o seu vínculo de desejo e poder.”

A fala desta professora tão carregada de preconceitos e estigmas estava travestida em uma ideia legítima de proteção às crianças e no próprio lema da Secretaria de Educação que, naquele ano, enfatizava em um ciclo de palestras e propagandas institucionais a frase “Criança não namora!”. Porém, um olhar mais atento na prática da mesma docente, revelava a falácia deste discurso, pois a mesma vigilância e proibição não acontecia a meninas que tinham uma família composta nos moldes heteronormativos de família tradicional, sendo permitidas a essas crianças brincar, tocarem-se e andar juntas sem nenhum impedimento. O problema era Diana.

Em resumo, em ambos os casos, o de Ian e o de Diana, notamos o que Salih afirmava sobre o homossexual, ou aquele que é visto na sociedade como diferente dos padrões sexuais vigentes, “Atribuir agência e contágio (ou agência no contágio) à palavra homossexual significa definir o sujeito (...) como violento e perigoso” (2012.p.156, grifo meu).

Tais realidades, vistas e vividas, me impulsionaram a cursar Licenciatura em Pedagogia e assim transformar aquela indignação em conhecimento transformador e poder proporcionar uma “educação como prática da liberdade” (FREIRE, 1967, p. 98).

3.3 EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

Cheio de uma profunda raiva transformadora, iniciei o curso de Pedagogia em 2020. Desde o princípio, fui acumulando mais leituras e conhecimentos que me fizeram aprofundar nas reflexões pedagógicas de Paulo Freire, Piaget, Montessori, Walln, Maurício Tragtemberg, pensamentos que compartilhava com alguns colegas de classe ou do trabalho.

Em fins de 2022, iniciei o Estágio Supervisionado 1 em um Centro Municipal de Educação Infantil, localizada na Zona Centro Sul de Manaus. As crianças atendidas naquele CMEI eram as mais variadas, abrangendo idades entre os 2 até os 5 anos, em turmas que iam desde o maternal até o 2º período. A entrada nesse segmento me fez experienciar algumas práticas e experiências pedagógicas possíveis para se trabalhar a temática de gênero e sexualidade. Abaixo elenco algumas:

3.3.1 Memórias afetivas de gênero e sexualidade nas vivências pedagógicas

Auxiliei uma turma do 1º período, cujas crianças tinham 4 anos de idade, em média. Neste mesmo mês, havia pintado os cabelos de vermelho vibrante, em comemoração à vitória do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Contudo, o tom dependendo da iluminação adquiria nuances rosadas e foi assim que ao abrir a porta da sala, logo no primeiro dia de estágio, fui recepcionado com a fala “recriminatória” do Joãozinho, o garoto do início do capítulo.

Inicialmente senti grande abalo, e como em flashback rememorei as inúmeras discriminações e exclusões vividas por mim ao longo de minha vida e formação escolar, algo que imaginava, e acreditava, estar curado de minhas feridas, além de forte para enfrentar qualquer embate. Porém ao receber aquela crítica, proveniente de uma pequena criança que não gostara do meu jeito e estilo, o que fazer? Xingar? Brigar? Processar nos tribunais um garoto de 4 anos? Ou tentar usar as teorias e conhecimentos adquiridos para criar estratégias pedagógicas que viessem a quebrar aquele clima de descontentamento e mudar aquele paradigma?

Recordei-me das experiências de William Corsaro (2005, p.446) no qual ele relata os desafios em ser aceito no convívio de crianças da pré-escola, não como um “adulto típico”, mas como parte de seu ciclo social. Naquele momento, quando entrei na sala e percebi certa recusa de Joãozinho à minha pessoa, tive a mesma dúvida de Corsaro (2005, p. 47) “...como eu ia entrar e ser aceito naquele grupo de crianças...?”. Inicialmente segui algumas dicas propostas por ele, como não fazer muitas perguntas e não assumir um papel controlador em meio aos pequeninos. Decidi esperar e apenas observar. A professora naquele dia estava precisando de ajuda para decorar umas lembranças de Natal para a turma e foi o que eu e meus colegas começamos a fazer.

Porém não deixei de ficar atento às conversas das crianças e passei a reparar nas atitudes delas. Todas estavam sentadas ao redor de uma mesa e Joãozinho destacava-se na posição central, exercendo uma figura de autoridade a qual todos respeitavam e até temiam. Vale ressaltar que, até naquele momento, ele desprezava minha presença já que eu, segundo ele, era apenas um homem estranho, de “cabelo rosa, que é coisa de menina”. Pontuo finalmente que essa experiência marcou significativamente minhas memórias afetivas e que de alguma forma se transforma no expressar para seguir em nossas propostas de enfrentamento e resistência.

3.3.2 O desenho e a fala interiorizada na criança

A professora deixou uma atividade de desenho para as crianças e outras para nós (enfeitar lembranças de natal) e precisou de ausentar da sala por alguns instantes. Neste momento, uma rica e interessante conversa se desvelou na mesa. Uma das meninas começou a desenhar uma boneca, o que João, ao reconhecer a imagem, criticou:

Joãozinho: “Você gosta de boneca? boneca é muito chata!”
Mariazinha: “Não é não!”

Joãozinho: “É sim! É coisa de menina!” (Novamente a mesma frase)

Mariazinha: “Como você sabe se nunca brincou?”

Aquela conversa foi um ótimo cenário de pesquisa para refletir sobre como a escola acaba servindo de espaço para as reproduções sociais, culturais e opressivas por parte dos alunos e docentes (BOURDIEU, 1992). Já a atitude da menina de confrontar um menino que exercia certa liderança, demonstrou uma autonomia e coragem ímpares frente a toda uma carga normatizadora de regular o que é legal, ou não, o que é chato ou não.

Propostas que utilizam desenhos sempre são uma boa oportunidade pedagógica para se trabalhar vários componentes curriculares na escola, dentre eles, os de gêneros e sexualidade, que de alguma forma sempre é um desafio no contexto escolar.

3.3.3 O teatro como lugar possível à Educação e Sexualidade

Eu, obstinado em interagir com as crianças, observei um castelo feito de papelão, com alguns adereços ao redor, como um teatro onde as crianças podiam ver as histórias sendo contadas e até participar delas. Nestes adereços havia o chapéu da bruxa, tiara de princesa e o chapéu de fada, bem brilhante e um tecido na ponta. Decidi pegar o último e a coloquei em minha cabeça, as crianças que observam minhas ações tiveram expressões mistas: os meninos, em especial João, acharam estranho, mas as meninas adoraram.

Neste instante, me aproximei deles e sugeri uma brincadeira: pedi que todos ficassem em pé para fazermos uns exercícios, e brincamos de “cabeça, ombro, joelho e pé”, onde mostrei princípios da lateralidade e orientação espacial, esquerda e direita, em cima e em baixo. Com este pequeno quebra gelo, o clima tenso foi se dissipando e daí parti para a segunda ação: sugeri para eles uma história de conto de fadas, mas que diferente das que o adulto conta e as crianças apenas escutam, essa seria construída por todos.

Eu seria o mago, por isso usava o chapéu que parecia de fada, e cada criança foi escolhendo seu personagem e figurino com a que mais lhe interessava, até que sobrou uma tiara de princesa, que ninguém tinha pegado. Percebendo que os meninos se negavam a usá-la por saberem que Joãozinho poderia criticá-los, perguntei:

Roberto: “Mas quem será o rei da história? Um conto de fadas sem rei, fica sem graça”

Roberto: “Temos aqui essa tiara, você quer usar?”

Ele fez uma careta, muito provavelmente por saber que o objeto se aproxima muito mais do universo feminino. E tentei explicar de outra forma:

Roberto: “Crianças, os objetos podem servir para o que quisermos na história. Vejam só: eu estou usando um chapéu de fada, mas por ser homem decidi ser o Mago da história. Então essa tiara, pode se tornar uma coroa de Rei, basta a gente dar asas à imaginação!”

De pronto João levantou a mão e com muita alegria a colocou sobre a cabeça a Tiara/coroa e falava orgulhosamente: “eu sou o rei!”

Logo em seguida contamos a história, e deixamos livres as crianças brincarem com o que quisessem. Observamos as quebras de paradigmas entre masculino/feminino, e maior liberdade para aproveitar os objetos e brinquedos da sala sem os impedimentos por gênero. Uma menina brincou de futebol com os meninos e um garoto cuidou de uma boneca negra (Figura 1).

Figura 1 Menino brincando com uma boneca negra e outro menino brincando com um carro rosa



Fonte: Acervo do Autor (2022).

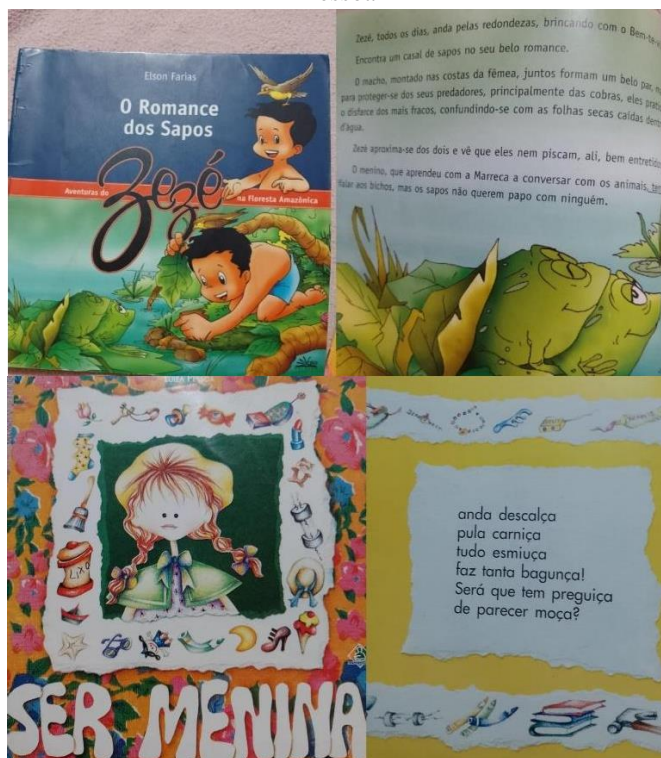
3.3.4 Arte, literatura e o lúdico como recursos para o trabalho com a diversidade

Certa manhã, durante a hora da história ofereci-me, junto com meus colegas estagiários, para contarmos um conto com a ajuda de fantoches, o que a professora regente prontamente concordou. As crianças estavam voltando da merenda e pedimos que elas se sentassem em uma roda pois tínhamos uma surpresa para elas. Recordo-me que a professora Carla sempre separava as meninas dos meninos, porém Lupita sempre quebrava esta regra e naquele dia não foi diferente. Ela sentou-se longe de suas amigas e perto dos meninos o que suscitou a raiva da professora que a puxou da cadeira e a realocou perto das meninas: “Eu já falei que você é uma menina e deve sentar-se com as outras. Vamos, sente e cruze as pernas, porque mocinhas sentam assim!”

Energicamente, ela pegou as pernas da menina e as cruzou, prendendo-a numa posição desconfortável na cadeira, com as pernas uma em cima da outra. Em meio a esse ato de tamanha brutalidade terminamos o conto, com bastante pesar e indignação. Como diria SANTOS (2019), BOURDIEU (2002) e SALIH (2002), violências simbólicas ou reais como essas são comuns àqueles que ousam infringir as regras estipuladas de gênero, não importando idade, raça ou classe social do indivíduo.

Apesar dessas ações, uma em particular foi bastante interessante e reveladora. Certo dia a professora Carla nos conduziu à biblioteca e explicou as regras do ambiente como ficar em silêncio, observar e escolher um livro etc. Ela escolheu o livro “O romance dos Sapos” da coletânea, Aventuras do Zezé na Floresta Amazônica, do autor amazonense Elson Farias, e os contou às crianças. A capa do livro (figura 2) já mostrava dois sapinhos um em cima do outro, com expressões até um pouco sugestivas e narra a história do garoto Zezé que se depara com 2 sapos, uma fêmea e outro macho copulando no lago e o menino passa a entender sobre reprodução, sexualidade e vida animal.

Figura 2 Livro "O Romance dos Sapos" do autor Elson Farias e "Ser Menina" de Angela Leite de Souza e Luiza Pessoa



Fonte: Acervo do Autor (2022).

À medida que a professora ia narrando o conto, ela perguntava:

Professora Carla: “Vocês sabem o que estes sapinhos estão fazendo?” (O que a princípio as crianças não sabiam). “Eles estão namorando. E sabem porque eles estão assim? Porque eles se gostam e daqui vão gerar girinos que por sua vez vão crescer e se tornar sapos iguais aos pais”.

Ela também fazia uma analogia entre os sapos do conto e os seres humanos: “Quando os adultos se gostam muito eles acabam namorando igual os sapinhos e daí geram filhos”. E assim a professora ia aos poucos introduzindo o tema sexualidade e orientação sexual no contexto de sua aula de uma forma didática e compreensiva ao nível etário do grupo, mas ainda assim uma sexualidade voltada à procriação e à heteronormatividade.

Ainda na biblioteca do CMEI encontrei outro livro que tratava sobre questões de gênero intitulado: Ser Menina (Figura 2). O livro conta a história de Ciça, que gosta de brincar de skate, andar descalça e fazer brincadeiras típicas de menino, mas que também é especialista em bordado e ama brincar de casinha, mostrando que os padrões entre masculino e feminino podem ser muito mais flexíveis e livres, especialmente com crianças desta faixa etária (SOUZA; PESSOA, 1998).

Em vista de tudo o que observamos e anotamos em nossos respectivos cadernos de campo, eu e meus colegas concordamos que a grande problemática a ser trabalhada naquela turma eram as questões de gênero, já que as práticas educativas neste quesito em nada eram condizentes com a BNCC (2017) ou ao RCA (2018) no que se refere ao combate a todos tipos de preconceito e estereótipos de gênero. Portanto decidimos abordar como atividade final da Disciplina Estágio 1 o Tema, “Criança é livre pra brincar”, cujo objetivo era desconstruir estes estereótipos de que existem brincadeiras só de meninas e outras só de meninas e proporcionar uma maior liberdade nas escolhas dos infantes.

A atividade começou com uma roda onde todos ficaram sentados em cadeiras, podendo escolher o lugar que mais lhes agradasse sem imposições. Em seguida apresentamos uma caixa surpresa onde em seu interior havia vários brinquedos e objetos. A caixa lúdica e colorida tinha uma abertura bem na frente, onde as crianças eram convidadas a tatear em seu interior e pegar algum objeto. Ao tirá-la íamos conversando com a criança sobre volume, cor, se era pesado, leve, e se era objeto de menino ou de menina.

Pedrinho, o mais agitado quiz ir várias vezes na caixa e em uma delas tirou uma bolinha de plástico e lhe perguntamos:

Roberto: “o que é que é isso?”

Pedrinho: “uma bola”

Roberto: “É grande ou pequena?”

Pedrinho: “É pequena!”

Roberto: “Qual a cor?”

Pedrinho: “Azul!”

Roberto: “Esse brinquedo é de menino ou de menina?”

Pedrinho: “É de menina!”

Com essa afirmação, peguei uma fotografia que mostrava a imagem da jogadora da Seleção Brasileira de Futebol Feminina, Marta com uma bola nos pés e disse:

Roberto: “Crianças, esta é a jogadora Marta, ela sempre gostou de jogar futebol desde pequenininha. Hoje ela atua na Seleção Brasileira e já ganhou muitos prêmios. Viram como meninas também podem jogar bola?”

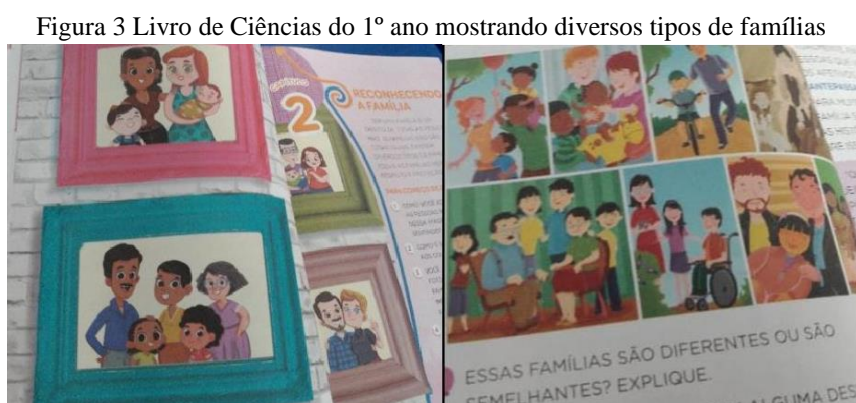
Todos ficaram impressionados, e por fim pedimos que Pedrinho grudasse aquela imagem num painel que estava em branco pendurado na parede. E isso se repetiu com todos que se voluntariaram a participar da brincadeira. Por fim levamos tinta guache e pintamos as mãos das crianças com as cores disponíveis nos potinhos. As cores verde e azul eram as mais

solicitadas, até que uma das meninas pediu para pintar a mão de rosa, porém essa cor não existia no conjunto de tintas.

Minha colega decidiu fazer um experimento: Pediu que todos prestassem muita atenção para uma mágica que ela iria fazer. Todos ficaram atentos. Ela pegou a tinta vermelha e espalhou em uma das mãos e em outra espalhou a tinta branca, após espalhar bem, ela mostrou as mãos e todos viram a cor rosa que surgiu. Maravilhados com a transformação, muitos pediram pra reproduzirem também em suas mãos, independente se eram meninos ou meninas. E assim finalizamos os trabalhos com essa exposição de arte coletiva e feita por todas as mãos de diferentes cores e todos recitaram o tema: Criança é livre pra brincar!

3.3.5 O trabalho pedagógico para se construir conceitos de família

Uma das atividades que fizemos com os alunos se relacionou aos temas gênero, família e sexualidade e ocorreu assim: Estávamos no mês de junho e tínhamos uma aula de ciências a apresentar. Folheamos o livro didático da disciplina e encontramos um tema que abordava sobre os diferentes tipos de Família. Nestas páginas havia várias figuras de diferentes tipos de formações familiares, dentre elas a de 2 casais homoafetivos com seus respectivos filhos.



Fonte: Acervo do Autor (2022).

No fim da aula mostramos à professora de Estágio, o capítulo do livro e a sondamos para saber se haveria algum problema em tratarmos deste tema em sala, o que ela compreendeu e apoiou que fizéssemos alguma atividade sobre o tema. Abro um adendo para dizer que Meire era católica praticante, mãe de dois filhos e casada, mas ainda assim nada a impedia de entender a importância da diversidade e do respeito nas relações sociais, independente do gênero, raça ou credo.

Para o planejamento da aula sobre famílias, decidimos buscar experiências e ideias em livros e materiais didáticos e encontramos um que serviu muito bem para nossa experiência. Furlani (2003, p. 75) sugere que, para discutir o conceito de famílias seria interessante levar gravuras e imagens de revistas que mostrassem diferente tipos de família, pedir aos alunos que desenhassem suas próprias famílias e debatessem entre si “ênfatizando a multiplicidade, sem qualificações ou hierarquias”.

Com essa sugestão, pusemos em prática nosso plano de aula, com algumas correções e adaptações à turma do 1º ano. Levamos figuras de diferentes tipos de família: indígenas, africanas, com uma mãe solo e vários filhos, casal homoafetivo etc., e fomos apresentando a todos os alunos. Eles ficaram bastante curiosos com a família indígena e a africana, sempre perguntando e se surpreendendo com os trajes, pinturas corporais e forma de se enfeitarem.

Quando expusemos a foto da família chefiada pelo casal gay, um garoto venezuelano, que chamarei aqui de Jorge, ficou muito impressionado e perguntou:

Jorge: “Mas são duas mulheres!”

Roberto: “sim.”

Jorge: “mas elas namoram?”

Roberto: “Sim, e ambas são mães da criança. Sei que é diferente e talvez você nunca tenha visto, mas famílias assim existem e precisamos respeitar as diferenças.”

Jorge: “sim, é verdade!”

Depois, em particular, Jorge nos confidenciou que tem duas mães, sendo uma avó que mora com ele no Brasil e outra é a mãe, que estava na Venezuela e que ficara impressionado por elas serem casadas, mas que entendia.

Por fim, como tarefa de casa, pedimos que as crianças elaborassem cartazes que mostrassem os membros de suas respectivas famílias, e pudessem junto aos seus pais construir esse painel com o intuito de que eles compartilhassem memórias, conhecimentos e afetos sobre a história da família e se suas genealogias. Dias depois elas apresentaram os resultados e assim concluímos nosso Estágio e ações com gênero e sexualidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Paralelo aos estágios e pensando no conceito de Nativos Digitais e Imigrantes digitais (COELHO et al., 2018) e sobre como as crianças muitas vezes já tem grande familiaridade com os aparatos tecnológicos, por terem nascido em uma época marcada pela Tecnologia da Informação, criei com a ajuda de um aplicativo de animações, Benime, o curta “Uma vida transformada”. Essa animação de apenas 8 minutos narra o dia de João, aluno do 4º ano de uma

escola fictícia, que ao chegar em seu primeiro dia de aula se separa com uma aglomeração de pais revoltados com uma aluna, chamada Estela.

Sem saber o motivo de tanta reclamação ele passa a conhecê-la e descobre que o nome verdadeiro de Estela é Carlos, porém a criança se identifica como menina. Os outros pais, indignados com Estela/Carlos ficam com receio da menina(o) influenciar seus filhos, vendo-a como perigosa e até como “monstro”. No decorrer da história, João, Estela e todos os personagens aprendem a importância do respeito, acolhimento e tolerância com os diferentes.

A animação está disponível no canal do YouTube <https://youtu.be/47sYpiDHD6U?si=zYz0A0IIwXp78Slc>, Instagram @olimpiobet ou pelo QR Code abaixo.



Como vimos existem muitas formas possíveis de se trabalhar pedagogicamente temáticas de gênero e sexualidade na escola e na educação. Tudo depende da intencionalidade, da formação, das pautas que se assume diante do tema, pensando sempre em garantir direitos humanos aos diferentes sujeitos e sujeitas de direitos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em uma sociedade dicotômica: enquanto o progresso da contemporaneidade traz à tona debates importantíssimos sobre Racismo, Misoginia, Democracia, Direitos das Mulheres e dos LGBTQIA+, por outro, perpetramos conceitos limitantes sobre família, gênero e padrões sociais. E nas escolas onde as diferenças de opiniões deveriam convergir em prol das diversidades, respeito e combate a qualquer tipo de violência, vemos ainda silenciamentos quanto às questões de gênero e sexualidade e imposições de padrões estereotipados que se resumem à máxima: “menino veste azul e menina veste rosa”.

Contudo, ações e reflexões sobre o tema têm sensibilizado alguns pais, docentes e corpo pedagógico das escolas, de maneira tímida, é verdade, mas ainda assim presentes e crescentes. Durante a pesquisa, observou-se que apesar de ser um tema ainda envolto a tabus e ideologias mais conservadoras, os documentos oficiais orientam que se trabalhe questões de gênero e sexualidade desde a Educação Infantil, sempre resguardando-se a didática e método aos se trabalhar junto às crianças.

Pensar estratégias pedagógicas para se abordar tais temáticas são de suma importância, pois facilitaria a compreensão e diálogo do assunto, ao invés de negá-lo ou fingir que este conteúdo não é importante. Portanto espero que este trabalho sirva de apoio para que professores, pais ou qualquer educador que queria abordar o assunto, tenha aqui alguma ideia e formule suas próprias estratégias didáticas para o fim desejado.

Por fim, é de suma importância entender que discutir, sobre esses assuntos, não significa “doutrinar” ou induzir as crianças a certas práticas sexuais, mas sim refletir com elas sobre a diversidade de pessoas e modos de vida. A sexualidade faz parte da natureza humana e, portanto, precisa fazer parte do currículo e da educação. Talvez com essa tomada de consciência possamos criar uma sociedade mais consciente da pluralidade e do respeito mútuo.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS, Secretaria de Educação. **Referencial Curricular Amazonense**. Amazonas: Seduc, 2018.

ANDRADE, Marta Rodrigues de Moraes e FERRARI, Ilka Franco. Legitimação do laço homossexual: um acolhimento possível na realidade social da hipermodernidade. **Rev. Mal-Estar Subj**, 2009, vol.9, n.4, pp.1145-1172. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482009000400005&script=sci_arttext. Acesso em 11 fev. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetro Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural E Orientação Sexual**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos - apresentação dos temas transversais**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, Ministério da Educação e do Desporto, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In LOURO, Guacira. **Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2ª edição, 2000.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos pagu**, n. 42, p. 249-274, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6y8yyyGcpfdbzYmrc4cZs/>. Acesso em 03 mai. 2024.

BUTLER, Judith. **Gender Trouble: feminism and the susion of identitybver**. New York: Routledge, Champman & Hall, 1990.

CANDAU, Vera Maria. O/A Educador/a como agente cultural. In: LOPES, Alice R. C.; MACEDO, Elizabeth, F.; ALVES, Maria Palmira C (Orgs). **Cultura e política de currículo**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2006. p.37-57.

COELHO, Patrícia Margarida Farias; COSTA, Marcos Rogério Martins; MATTAR, J. SABER DIGITAL E SUAS URGÊNCIAS: REFLEXÕES SOBRE IMIGRANTES E NATIVOS DIGITAIS. **EDucação e Realidade Edição eletrônica**, v. 20, p. 37-51, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edreal/a/MWjfn6dGG6bbz4WsJKHpmLN/?format=html&lang=pt>. Acesso em 06 abr. 2024.

CORSARO, William. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação e Sociedade, Campinas**, v.26, n.91, p.443-464, maio/Ago., 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/HkDSKzZZJKdsSFtqBHmZxbF/>. Acesso em 09 mai. 2024.

DE SOUZA, Angela Leite; PESSOA, Luiza. **Ser Menina**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

DIAS, Danielly Ferreira et al. A educação nos espaços formais, não formais e informais no processo de ensino-aprendizagem. **Intercursos Revista Científica**, v. 16, n. 1, 2017. Disponível em <https://revista.uemg.br/index.php/intercursosrevistacientifica/article/download/3664/2068>. Acesso em 15 mai. 2024.

FARIAS, Elson. **O romance dos sapos**. Manaus: Editora Valer, 2001.

FELIPE, Jane. Infância, gênero e sexualidade. **Educação & realidade**. Porto Alegre. Vol. 25, n. 1 (jan./jun. 2000), p. 115-131, 2000. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/230977>. Acesso em 05 jan. 2024.

FREITAS, Lorena Rodrigues Tavares de. Tudo “camuflado” ou tudo “subentendido”: heteronormatividade, afetos e silenciamentos no relacionamento de um casal lésbico do sul da Bahia. **Revista Ártemis**, vol. XXXIV, jul-dez, 2022: p.257-275. Disponível em <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=23165251&AN=161431243&h=rkZgPyPtUYPiRZJ2U9x38PxV5%2Bu9SbkkAGVqPvaG7lyGo%2F18eUIuJfmhKkPt2vBp2W%2BRSKAHaZ3JZdHS3ligA%3D%3D&crl=c>. Acesso em 28 jan. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?**. Lisboa: Passagens. 1992. pp. 129-160.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. 2.ed. (Coleção Ditos e Escritos V). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2022.

FREUD, Sigmund. Estudos sobre a histeria (1893-1895). In: **Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FURLANI, Jimena. Educação Sexual - possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; HECKEL, Jane Felipe; SILVANA. (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade – um debate contemporâneo em educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

G1. Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'. **G1 Globo**, 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em 13 jun. 2024.

JÚNIOR, Dávio Antônio Prado Zarzânio. Jhon Locke, a tábula rasa e o nosso protagonismo. **Migalhas de Peso**, 2023. Disponível em <https://www.migalhas.com.br/depeso/387353/john-locke-a-tabula-rasa-e-o-nosso-protagonismo>. Acesso em 22 mai. 2024.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

LEITE, Helen; REIS, Suzana; MORETTO, Milena. **Educação sexual no Ensino Infantil: quebrando tabus**. Itatiba/SP: Universidade São Francisco, 2022. Disponível em <<https://www.usf.edu.br/galeria/getImage/768/119947079785286.pdf>>, acesso em, Jun-Jul/2024

LÜDKE, Menga; ANDRE, Marli E.D.A. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

MEYER Dagmar Esternann. Gênero, educação e Política, IN: GOELLNER, Silvana Vilodre (org). **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

NECKEL, Jane Felipe. Erotização dos Corpos Infantis; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Editora Vozes: 2003.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a Sexualidade**. 5ª Ed. Campinas/SP: Papyrus editora, 2003

NIETZSCHE, Friedrich W. **Além do bem e do mal: Prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RAEL, Claudia Cordeiro. Gênero e sexualidade nos desenhos da Disney. In LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9 ed. Petrópolis: vozes, 2003.

RAGUSA, P.; OLIVA, A. dos Santos. Subjetividade, Individuação e Escrita de Si: Aproximações teóricas entre Michel Foucault e Carl Gustav Jung. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 23, n. 2, p. 112–126, 2021. Disponível em <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/64279>. Acesso em 22 mai. 2024.

SALVADOR, Nayara Cunha. Fracasso, evasão e abandono escolar de pessoas trans: algumas reflexões necessárias. **Revista de Educação Pública**, v. 30, p. 1-18, jan./dez. 2021. Disponível

em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2238-20972021000100234&script=sci_arttext. Acesso em 09 jun. 2024.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria Queer**. Belo Horizonte: Editora Autêntica:2012

SANTOS, Márcio Gonçalves dos. **Violência e dor em narrativas de mulheres transexuais em Manaus**. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/4508>. Acesso em 18 jun. 2024.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, v.6, no. 1, p.383-387, mai, 2012. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8027945/mod_resource/content/1/Texto%20Principa1%20-%20Gisele.pdf. Acesso em 27 mar. 2024.

SOARES, Wellington. **Conheca o kit gay vetado pelo governo federal em 2011**. Nova Escola, 2015. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>. Acesso em 29/7/2024

SOUZA, Ângela; PESSOA, Luiza. **Ser menina**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

TERRA. Bolsonaro: “prefiro filho morto em acidente a um homossexual”. **Portal Terra**: 2011. Disponível em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-umhomossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em 23 jun. 2024.

6 ANEXO A - ROTEIRO DA ANIMAÇÃO: UMA VIDA TRANSFORMADA

João estava correndo zipado em sua bike naquela manhã de fevereiro. O sol de tão forte, fazia escorrer litros de suor de seu rosto:

- Ah, eu não acredito que vou chegar atrasado logo no primeiro dia de aula!

Disse ele acelerando a marcha o mais rápido possível. E pernas pra que te quero! Afinal a distância da casa dele até a escola era de 1 km, e se ele chegasse atrasado a diretora Neila daria a maior bronca!

Só pra apresentar, este é João, um menino de 10 anos, aluno do 4º ano da Escola Baratinha Tonta. Já a diretora Neila é uma mulher séria e bastante rígida, mas que sempre estava preocupada com os alunos. Volta e meia programava feiras e passeios culturais. E foi num destes que ele conheceu um monte de coisas legais: o teatro, o museu, e o zoológico. Até hoje, João lembra da girafa com seu pescoço enooooorme, e do leão com aquela juba dourada. Mas, voltando à história: logo quando ele chegou na escola, percebeu uma grande agitação de pais na porta da diretoria. Alguns mais raivosos começavam a protestar:

- Isso é inadmissível! - disse um dos pais.

- Que decadência! Veja onde chegamos - lamentou uma senhora.

- Nossos filhos estão em perigo, com uma criatura igual essa! - disse outra mãe.

Criatura? perigo?!, Como assim? Será que havia um monstro do pântano ou algum fantasma estava assombrando as dependências da escola? João adorava estas histórias de terror, mas daí a ter que conviver com uma situação de perigo, era outra coisa. E lá estava ele, há alguns metros de sua sala; o coração ofegante parecia querer sair da boca durante a caminhada por aquele corredor:

- Calma João - pensou ele - entre na sala igual o super homem e derrote o monstro!

Ele contou os passos até sua sala, abriu a maçaneta e... NADA! Tudo estava perfeitamente normal: a professora estava lá, a lousa, os alunos, quase tudo igual, se não fosse a presença de uma garota loira, muito tímida que estava no fim da sala, com o rosto enfiado no livro, como se quisesse se esconder do mundo.

- Será que ela seria o monstro? - pensou ele - mas ela parecia tão normal, só diferente.

E justo do lado dela havia uma carteira disponível, e João, aparecido que só ele, sentou-se e começou a puxar conversa:

- Oi. Eu sou João. Você é novata aqui né? Qual seu nome?

- Ah, oi. Sou nova sim. Me chamo Estela.

- Estela, que nome bonito, parece estrela!

- Sim, é o que minha avó sempre dizia.

- Silêncio, Crianças! - disse a professora- vamos começar a chamada.

E assim a professora começou a chamar os nomes dos alunos por ordem alfabética:

- André...

- Presente, professora!

- Bianca...

- Presente!

- Carlos... Carlos!...

Um silêncio total tomou conta da classe.

Mas afinal quem era este Carlos? Em mais de 4 anos estudando no mesmo colégio, João nunca tinha ouvido falar deste nome? Será que ele era um outro novato? Perdido em seus pensamentos, João nem percebeu que neste instante a menininha acanhada levantou o braço e não disse palavra alguma.

- Você é o Carlos? Mas como? Você não se chama Estela?

A menina, tão assustada e envergonhada, simplesmente pegou seu material, abriu a porta e sob os olhares daqueles pais maléficos fugiu pelo corredor, sem olhar pra trás!

Durante a fuga, lembrou da história que a avó sempre contava, a do Patinho feio, e de como ele era tão diferente dos demais e tão caçoado pelos irmãos. E era assim que ela se sentia neste momento: um patinho feio no meio de tanta gente má. Por que nascera assim? Se era um menino porque então não gostava de jogar futebol e cortar os cabelos como os outros? Sempre se sentira Estela, uma MENINA, mas sempre a chamavam de Carlos, deixando seu coração em frangalhos. Enquanto corria pelo corredor à fora, a diretora Neiva gritou:

- Menina, volte aqui? E um pai protestou:

- Que menina?! Isso é uma ABERRAÇ...

E antes dele terminar a palavra, um barulho de carro freando dominou todo o espaço. CRASHhhhhh! Durante a corrida para fora da escola, Estela não percebeu um carro que vinha em sua direção quando atravessou a rua. Todos saíram correndo para ajudá-la. Mas já não havia mais som, apenas o silêncio se fazia perceber nos ouvidos da menina. Seria este o fim?

Passado alguns dias, a garota aos poucos foi despertando. Observou aquela sala branca, enfermeiros à sua volta, soro... Sim, era uma sala de hospital. Ao redor do leito, ainda confusa, percebeu muitas flores e cartões, um mais lindo que outro.

- Oi garotinha, tudo bem? - disse a enfermeira. Não precisa se preocupar, estamos cuidando de você.

- Obrigada, mas e que flores são essas? - indagou Estela.

- Ah, esses presentes são de seus coleguinhas. Você é muito querida, sabia? Como um banho de

arco íris, a alegria inundou sua alma.

Será que o pato finalmente virou cisne? Carlos virou Estela? Não sabia... mas uma coisa tinha certeza: o preconceito pode até matar, mas o amor TRANSFORMARÁ!